

**A Preservação da Memória Através do Turismo Arqueológico
em São João Marcos**

Maria Amália Silva Alves de Oliveira¹

Resumo

A reflexão aqui exposta tem como base material de pesquisa recolhido para elaboração da tese de doutorado que estou desenvolvendo em Antropologia, sob a temática turismo e patrimônio. No presente trabalho relato a história de São João Marcos, atualmente um sítio arqueológico formado pelas ruínas da cidade de mesmo nome e cuja destruição, para dar lugar a construção de uma represa e uma usina hidrelétrica. O processo de desocupação e inundação das terras provocou tamanho abalo ao ponto, surgindo a partir desse episódio uma memória coletiva da destruição. As ruínas remanescentes da demolição do núcleo urbano da antiga Cidade guardam os vestígios materiais dessa memória e com o passar do tempo, transformaram-se em atrativo para a visita ao local. Parcerias envolvendo órgãos da administração local, estadual e federal, tendo a frente como órgão executor o Instituto Light, construíram no local um parque turístico privilegiando o turismo arqueológico como vetor de preservação e difusão dessa memória.

Palavras-chave: Memória, Patrimônio, Turismo Arqueológico.

Contextualizando a origem das memórias

São João Marcos foi um antigo município do estado do Rio de Janeiro despovoado e demolido na década de 1940 para a formação de uma represa de produção de energia elétrica. Atualmente parte de seu território é o 3º distrito do município de Rio Claro, no Vale do Paraíba Fluminense. A cidade atingiu o auge da prosperidade no século XIX com a expansão da cultura cafeeira no estado do Rio de Janeiro, sendo uma das maiores cidades fluminenses do período e abrigando uma população de cerca de 20.000 habitantes. A então riquíssima São João Marcos, anteriormente conhecida como Vila de São João Marcos do Príncipe, era um

¹ Bacharel em Turismo, Mestre e Doutoranda em Antropologia pela UFRJ.

Docente do Departamento de Turismo e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO.

E-mail: m_amali@gmail.com e mariaamali@gmail.com

dos principais núcleos produtivos do país, produzindo aproximadamente setenta por cento da produção nacional de café.

Devido ao sucesso econômico alcançado pelo município, foi ali construída a primeira estrada de rodagem do Brasil, em 1856, com 40 quilômetros de extensão, visando o escoamento do café das fazendas do Vale do Paraíba para o porto de Mangaratiba. Entretanto, em 1889, com a abolição da escravidão, a produção cafeeira fluminense entrou em fase de declínio, tendo em vista a dificuldade encontrada pelos fazendeiros em suprir a necessidade de grandes contingentes humanos para trabalhar nas plantações; paralelamente, os agricultores do Oeste Paulista, com lavouras mais recentes e contando com lavradores assalariados, meeiros e imigrantes, assumiram a liderança do mercado.

Com a decadência da cultura cafeeira e o desenvolvimento de novos meios de transportes, São João Marcos foi perdendo importância e sua população ficou reduzida a pouco mais de sete mil pessoas no início do século XX. Nesse ínterim, a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, se desenvolvia aceleradamente. O aumento da população forçava a transformação da Capital em uma metrópole moderna, mas que enfrentava graves problemas de abastecimento de água potável encanada e energia elétrica. Nesse panorama, a questão que se colocava era onde conseguir as fontes dos recursos exigidos pelo progresso.

A necessidade em suprir a demanda e colocar a cidade do Rio de Janeiro dentro dos padrões de modernidade exigidos para a época favoreceu a Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company, companhia de eletricidade do Rio de Janeiro, cujo pensamento apontava como melhor solução para o abastecimento da demanda, a criação de uma represa e uma hidrelétrica em Ribeirão das Lages². No entanto, essa proposta apresentava um inconveniente, pois a área designada para a construção da represa e da hidrelétrica estava ocupada por 97 grandes fazendas assentadas na área rural de São João Marcos.

Economicamente e politicamente enfraquecidos, os proprietários de fazendas localizadas nas áreas destinadas a construção da represa venderam suas terras para a Light,

² O complexo de Ribeirão das Lajes abrange parte dos municípios de Pirai e Rio Claro no estado do Rio de Janeiro, formado pelo aproveitamento dos recursos hídricos de Ribeirão das Lajes e dos rios Pirai e Paraíba do Sul, onde estão instaladas 5 usinas geradoras (Fontes Nova, Nilo Peçanha, Pereira Passos, Ilha dos Pombos e Santa Branca), 2 usinas elevatórias, 2 reservatórios de regularização e 6 reservatórios de pequeno porte. A barragem começou a ser construída em 1905, represando o Ribeirão das Lajes e formando o reservatório, que constitui reserva estratégica para o abastecimento de água da região metropolitana da capital do estado do Rio de Janeiro. Quando entrou em operação, em 1908, a primeira usina do complexo, Fontes Velha, era uma das maiores hidrelétricas do mundo, Em 1940, foi a vez de Fontes Nova entrar em operação e seu funcionamento se mantém até hoje. No ano seguinte, começou a funcionar a hidrelétrica subterrânea Nilo Peçanha.

que em pouco tempo se tornou proprietária de uma extensa gleba de terra no município de São João Marcos e regiões vizinhas. A população foi deslocada para municípios vizinhos como Rio Claro, Mangaratiba, Itaguaí e Pirai, e as terras adquiridas pela Empresa foram alagadas, transformando a geografia local. Enormes áreas da zona rural do município submergiram e, nesse processo, formaram-se áreas alagadiças às margens da represa, nas quais jazia grande quantidade de restos orgânicos. A ausência de cuidados sanitários na retirada deste material propiciou a proliferação da malária, que alcançou níveis de epidemia, provocando a morte de um grande número de pessoas. Esse processo durou quase duas décadas, sendo vivenciado por trabalhadores rurais que compunham a coletividade dos poucos habitantes que resistiram em deixar suas casas; em sua maioria, famílias pobres, que não tinham para onde ir, e pessoas que não acreditavam na inundação.

São João Marcos foi reduzida a ponto de, em 1938, ser extinto como município, tornando-se um distrito de Rio Claro. No ano seguinte, o núcleo urbano foi tombado pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, classificado oficialmente como "raro exemplo intacto de conjunto de arquitetura colonial", atendendo aos pedidos da população local. Contudo, a proteção fornecida pelo tombamento teve curta duração, pois em 1940, o presidente Getúlio Vargas "destombou" o distrito a fim de ampliar ainda mais a área ocupada pela represa. O caso de São João Marcos é o primeiro e único caso de "destombamento" no Brasil. O decreto-lei nº 2.269 autorizou a desapropriação de terrenos, prédios e quaisquer benfeitorias que viessem a ser inundadas.

Pouco antes de ser demolido, o centro urbano de São João Marcos tinha, além da Igreja Matriz, uma antiga capela, pertencente à Irmandade Nossa Senhora do Rosário e dedicada a São Benedito; dois cemitérios, o da Irmandade, e o da Caridade, para os pobres; dois clubes, o "Marquense", para a elite, com futebol e danças; e o "Prazer das Morenas", mais popular; um teatro, o "Tibiricá"; um hospital e uma pensão, além da primeira estrada de rodagem do Brasil, aberta nos tempos áureos do café. Já não circulava mais o jornal local, "O Município", fechado em 1932. Um pouco afastadas, uma jazida de manganês inexplorada e uma fonte de água mineral. As demolições começaram numa Quinta-Feira Santa. Dezenas de trabalhadores munidos de marretas e explosivos retiravam as últimas famílias e dinamitavam as casas. Os prédios próximos da represa foram demolidos por barcos rebocadores com cabos de aço.

Por muito tempo, São João Marcos esteve sob a condição de um local de pastagem, no qual ainda existiam alguns calçamentos em meio ao matagal às margens da Rodovia RJ-149, entre os municípios de Rio Claro e Mangaratiba. Com muita dificuldade, era possível caminhar pela antiga rua principal e de lá avistar algumas ruínas. Uma única ponte resistiu, intacta e desse ponto conseguia-se ver no alto do morro, o cemitério público. Em 16 de fevereiro de 1990 a Ponte Bela e o Conjunto Histórico de São João Marcos foram provisoriamente tombados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro, sendo posteriormente tombados em definitivo.

Tombamento, destombamento e novo tombamento: memória e patrimônio arqueológico de São João Marcos

Patrimonium, termo de origem latina, inicialmente estava relacionado aos bens de família, herança e posses. O fluxo temporal, assim como as mudanças resultantes das reorganizações sociais e históricas, produziu concepções distintas do termo, cujos significados cada vez mais foram incorporando valores até a atual concepção de “bem ou conjunto de bens naturais e culturais de importância reconhecida num determinado lugar, região, país ou mesmo para a humanidade, que passam por um processo de tombamento para que sejam protegidos e preservados”. A atual concepção de patrimônio invoca as idéias de algo que deve ser respeitado e preservado, pois a “perda” seria um processo inerente ao que é considerado patrimônio. Nesse sentido, o patrimônio é percebido através de duas grandes dimensões: a natureza e a cultura. O patrimônio natural pode ser definido como sendo o conjunto de elementos da paisagem natural, englobando a flora e a fauna, cuja preservação é imprescindível pelo seu significado para a identidade do mesmo. Quanto ao patrimônio cultural, esse conceito vem sendo ampliado e redefinido na medida em que se revisa o conceito de cultura.

O patrimônio cultural está associado a um conjunto de valores, como beleza, antiguidade, identidade, estética, curiosidade, entre outros, os quais foram sendo agregados nos últimos séculos. Nesse processo o significado da palavra patrimônio passou de tesouro artístico, destinado à contemplação por uma minoria de privilegiados, para monumento histórico-cultural, de interesse dos Estados-nação, representativo da identidade nacional que se desejava consolidar; posteriormente, passou a representar culturas.

Atualmente, a definição de patrimônio vai além dos valores históricos, artísticos, científicos, educativos e políticos e, incorpora outros, que se relacionam com o território e com a construção da identidade cultural de uma população. Essa é uma das características mais relevantes do patrimônio: ser tomado como referência para a construção de identidades culturais pelas mais diversas estruturas sociais e mesmo pelos cidadãos, em nível individual, de forma a converter-se no capital simbólico da sociedade. Nesse sentido, a noção de patrimônio inclui aspectos materiais e imateriais, ou como são também denominados, bens tangíveis e intangíveis, pois a cultura engloba todo o fazer humano.

Em “Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio”, José Reginaldo Gonçalves explica que o patrimônio deve ser entendido como mediador entre mortos e vivos, deuses e homens, nacional e estrangeiro, podendo ser pensando como fato social total, tal como apontando por Mauss. No mesmo trabalho, Gonçalves ainda aponta características inerentes ao patrimônio enquanto conceito moderno. A primeira delas seria a ressonância, isto porque não basta o Estado consagrar um bem como patrimônio, o bem precisa articular ligação do presente com o passado. Outra característica do patrimônio é a sua materialidade, mesmo que seja intangível ou imaterial. Para o autor, o conceito articulado à concepção antropológica da cultura, valoriza as relações sociais e simbólicas e estas no limite podem ser pensadas a partir da oposição entre o material e o espírito, tal como faz Bakhtin (1993), tornando-o indistinto na categoria. A terceira característica giraria em torno da construção das subjetividades, ou seja, o patrimônio por estar ligado ao passado, como algo herdado ao mesmo tempo em que construído/adquirido, tem inúmeras possibilidades de correlações, todas gerando e necessitando de autoconsciência. A reunião dessas características faz do patrimônio uma categoria de pensamento e, conseqüentemente, um poderoso instrumento de análise da sociedade atual.

Compartilhando do pensamento exposto no parágrafo anterior, é possível entender que as características que compõem o patrimônio exerceram papel preponderante na percepção da população remanescente de São João Marcos de que as ruínas resultantes episódio da demolição daquele conjunto arquitetônico urbano representam o elemento concreto de suas memórias. Nessa linha de raciocínio, a função das ruínas seria materializar a memória da destruição. A memória funciona como um elemento constituinte do sentimento de identidade, sendo também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Acontecimentos,

personagens e lugares, quando reunidos podem, segundo Pollak informarem acerca de fatos fundados em algo concreto, mas também podem apontar para uma projeção de outros eventos.

Pollak (1992) citando Halbwachs chama atenção para a análise da memória enquanto fenômeno coletivo e social, isto é, um fenômeno construído coletivamente e submetido a vários elementos que a levam a transformações e mudanças constantes. Nesse sentido, a memória não é algo individual somente, mas elaborada através do embate da coletividade, daí os pontos imutáveis e invariáveis dessa lembrança coletiva. Em São João Marcos, foi possível perceber algo que Pollak (1992) denominou como acontecimentos “vividos por tabela”, isto é, acontecimentos que são vividos pelo grupo, mas que acabam incluindo também aqueles que não vivenciaram de forma efetiva, mas que pelo fato de terem sido acontecimentos relevantes e que produziram um efeito tão retumbante, acabam por incluir aqueles que estavam próximo ou se sentem como pertencentes ao grupo atingido³.

Ainda seguindo Pollak, os acontecimentos “vividos por tabela” vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. Nestes casos, segundo o autor, por meio da socialização histórica e política, é possível a ocorrência do fenômeno denominado por ele como “projeção”, que vem a ser a identificação com determinado passado e esta é tão forte que de acordo com Pollak torna-se uma memória “quase que herdada”. A análise de Pollak me parece estar em consonância com o que pude observar em Rio Claro, pois em entrevista com jovens funcionários da Secretaria de Turismo, da prefeitura e com a população local, observei que essa “memória herdada” tornou-se a oficial, reafirmada, lembrada e vivenciada. Refletindo sobre as ruínas de São João Marcos atrelado ao conceito de memória, fui conduzida a pensar que no caso de São João, as ruínas funcionam como patrimônio material e assim, as ruínas podem ser entendidas como um tipo de patrimônio que ganha sentido quando é acionada a memória coletiva.

No que tange especificamente as ruínas, o conjunto de dados recolhidos no sítio arqueológico de São João Marcos, corresponde a objetos e resquícios arquitetônicos de todo o contexto construído por aquela população antes de terem passado pela destruição. A análise desses resquícios permite compreender as conquistas e mudanças que o homem realizou ao longo do tempo em relação à inovação tecnológica e à apropriação da natureza, bem como no tocante às interferências na paisagem. A ciência social que estuda os antigos processos

³ A possibilidade dessa afirmação deriva das entrevistas realizadas com parentes de pessoas que residiram em São João Marcos; assim como demais pessoas da região que conhecem a história local.

históricos a partir dos vários tipos de vestígios ou resquícios deixados pelos grupos sociais é a Arqueologia e os estudos arqueológicos incidem sobre a cultura material que engloba artefatos e marcas físicas deixadas pelos grupos sociais no ambiente. Em casos como o de São João Marcos, onde o marco histórico da extinção é recente, mas restam apenas evidências físicas fragmentadas, os estudos arqueológicos complementam em processo dialético da construção e reafirmação da memória coletiva do grupo social envolvido.

A utilização turística do patrimônio arqueológico

Muitas vezes pode surgir a pergunta do por que devemos conservar os vestígios culturais de antigos grupos sociais. A resposta é que não se deve destruir um documento único que descreve o modo de vida de grupos que não estão mais reunidos, que explica como eles utilizaram instrumentos, como lidaram com animais e cultivaram plantas, em resumo, a história da cultura dos grupos sociais. Esse documento único constitui o patrimônio arqueológico. Os vestígios arqueológicos referentes a períodos para os quais existem documentos históricos possuem o papel de complementar, confirmar ou esclarecer os dados escritos. O diálogo entre esses dois tipos de documentação tem possibilitado a elaboração de uma história mais ampla e abrangente.

As marcas e vestígios que foram deixadas pela passagem dos distintos grupos sociais, isto é, registros arqueológicos, são, atualmente, percebidos como patrimônio, cuja atração quase sempre está relacionada ao conhecimento de traços culturais que ainda hoje estão em uso, ou cuja transformação pode ser acompanhada ao longo do tempo. A apresentação da existência de objetos elaborados, carregados de valor simbólico, produtos de técnicas de manufatura e decoração controladas por especialistas, tem atraído pessoas para espaços onde estão descritos os grupos sociais que habitaram a distintas partes do território brasileiro e, sendo o monumento histórico localizado em áreas de fácil acesso, sua visitação é facilitada, assim como sua inclusão em um roteiro turístico.

Da relação entre turismo e patrimônio resulta o segmento de viagens turísticas denominado Turismo Cultural, cuja definição fornecida pelo Ministério do Turismo é:

“Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”. E continua: “Consideram-se patrimônio histórico e cultural os bens de natureza material e imaterial que expressam ou revelam a memória e a identidade das

populações e comunidades. São bens culturais de valor histórico, artístico, científico, simbólico, passíveis de se tornarem atrações turísticas: arquivos, edificações, conjuntos urbanísticos, sítios arqueológicos, ruínas, museus e outros espaços destinados à apresentação ou contemplação de bens materiais e imateriais, manifestações como música, gastronomia, artes visuais e cênicas, festas e celebrações. Os eventos culturais englobam as manifestações temporárias, enquadradas ou não na definição de patrimônio, incluindo-se nessa categoria os eventos gastronômicos, religiosos, musicais, de dança, de teatro, de cinema, exposições de arte, de artesanato e outros”. (Marcos Conceituais – MTur)

Um elemento fundamental do turismo cultural é o consumo de lugares de recordação e memórias (Nora, 1984), que são lugares onde ocorreram acontecimentos históricos importantes como batalhas, revoluções, demolições e também lugares que recordam a vida de artistas ou intelectuais. Este segmento de viagens turísticas tem utilizado a cultura e o patrimônio cultural para criar uma imagem produto que se comercializa para ver e visitar. O uso econômico do patrimônio por via do seu aproveitamento turístico confere ao bem um novo significado. Essa dimensão mais explicitamente utilitária do patrimônio convive com as dimensões política e simbólica, numa relação de complementaridade e retroalimentação, pois os referentes simbólicos fornecem os motivos que alimentam a indústria turística e a indústria turística recria os elementos culturais e a própria história, emanando novos referentes simbólicos que dão substância à memória coletiva. Portanto, desta perspectiva, o patrimônio cultural pode ser entendido nos termos de Kirshenblatt-Gimblett como uma nova forma de produção cultural, como um meio através do qual alguns locais convertem-se em destinos turísticos (Kirshenblatt-Gimblett, 2001).

O turismo arqueológico em São João Marcos

No ano de 2008, O Instituto Light com patrocínio da Secretaria de Cultura, através da Lei de Incentivo à Cultura, e apoio do INEPAC, da Prefeitura de Rio Claro, do IPHAN e do INEA; iniciou o projeto de construção do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, sendo esse um espaço organizado em termos de um circuito turístico, que viesse a “*reforçar os significativos atributos turísticos já ali existentes*”. O projeto piloto assenta-se na construção do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos em uma área de 930 mil metros quadrados que cobre toda a extensão da antiga cidade e trechos importantes da outrora Estrada Imperial. De acordo com o Instituto Light, o objetivo do projeto e conseqüentemente

do Parque, é contribuir para a conscientização, educação e lazer da população do Vale do Paraíba.

O projeto em tela está dividido em fases, sendo a primeira marcada pelas ações resultantes das pesquisas relativas à história, a iconografia e ao ambiente físico; a coleta de depoimentos de pessoas que haviam residido no local e; prospecção arqueológica. Essas pesquisas embasaram a elaboração dos seguintes sub-projetos: a) projeto arqueológico cujo objetivo foi tornar visível a estrutura elementar da Cidade no intuito de favorecer as vias de circulação e os perímetros de suas edificações. Visava expor ainda as estruturas da antiga Estrada Imperial nos trechos mais próximos a Cidade; b) o projeto ambiental incide especialmente sobre a área de proteção da Represa de Ribeirão das Lajes; c) projeto museológico abrange três espaços distintos: o Centro de Memória, a Área de Guarda e o Circuito de Visitação do Parque. Este projeto possui apelo turístico e educativo, pois segundo o Instituto Light, “nestes espaços pretende-se oferecer aos visitantes a oportunidade de trazer para o presente as memórias impregnadas nos fragmentos e ruínas encontrados nas escavações arqueológicas, nos documentos, fotografias, objetos e depoimentos”; d) o projeto arquitetônico elaborado para atender três objetivos principais: acolhimento ao público visitante, a exposição sobre a memória da Cidade e a guarda e conservação dos documentos e objetos originais. Essa primeira fase compreendia o período entre os anos 2008 e 2010, quando no mês de março ocorreria a inauguração do Parque.

O Parque foi inaugurado no dia 09 de junho de 2011; mas, antes mesmo da inauguração, isto é, no período entre março de 2010 e maio de 2011, já pronto, o Parque recebeu “*alunos-visitantes*” oriundos dos programas de visitação escolar. De acordo com o estipulado no projeto museológico do Parque, inicialmente as visitas se destinariam para o público de alunos de escolas públicas da região, atividade inserida no programa educativo constata no projeto inicial e cuja elaboração tem como meta promover a valorização da memória local. Entretanto, o Parque também recebeu cerca de 600 visitantes⁴, que atraídos pela “*novidade*”, solicitaram autorização para realizar o percurso que compõe o circuito de visitação. Vale ressaltar, que esse número de visitantes dirigiu-se para o local de forma espontânea, pois não há um programa de publicidade e marketing ostensivo. O circuito mínimo de visitação ocupa uma área de 33 mil metros quadrados, onde se localizava o centro

⁴ Número fornecido por um ‘informante’ ligado ao Projeto de implantação do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos e funcionário do Instituto Light.

populacional da antiga cidade. Durante as visitas, são distribuídas cartilhas explicativas e disponibilizados guias especializados para acompanhar os alunos-visitantes.

A segunda fase abrangeria os anos de 2010 a 2015 previa a continuidade dos trabalhos iniciados na fase anterior e seria marcado pelo momento em que o Parque passaria a *“explorar seu potencial ecológico e de lazer, oferecendo trilhas, passeios de barcos, etc. A partir de 2010, quatro festas populares anuais, identificadas com a região e sua história, reunirão os moradores na Cidade⁵”*. O Instituto Light estabeleceu como meta que a partir de 2015, o Parque já tenha conquistado sua *“auto-sustentabilidade”*, resultante dos esforços empreendidos pela Light, a Eletronuclear, a Secretaria de Estado de Cultura, INEPAC, Prefeitura de Rio Claro, parceiros regionais, investidores e de receitas oriundas do empreendimento. O projeto enfatiza como primordial no conjunto de ações e atividades previstas o *“crescimento econômico e social da região, organizado dentro de um Plano de Negócios que visa a auto-sustentabilidade do Parque.”* (Material de divulgação do Parque)

Nesse momento, o funcionamento do Parque está centrado em atividades pedagógicas voltadas para alunos de escolas públicas da região e pretende ser uma ferramenta de auxílio para a construção do conhecimento através da percepção da realidade concreta. Uma das formas de colocar a aprendizagem num círculo bem mais amplo é permitir que os alunos entrem em contato com as relações sociais, ou seja, com a sociedade, sendo o caminho do contato dos alunos com um meio qualquer a realização de estudos do meio. O estudo do meio é uma prática de ensino que se constitui como elemento fundamental da interdisciplinaridade e interação do aluno como um meio qualquer, assemelhando-se nessa perspectiva à atividade turística, pois o estudo do meio visa transformar as aulas em passeios, transportando os alunos para diferentes lugares, com a finalidade de estudo. As *“aulas-passeio”* colocariam os alunos em interação com o meio, gerando um círculo de relações sociais, econômicas e culturas interligadas, as quais permitem caracterizar esse tipo de atividade como uma forma de lazer e turismo aplicados à educação.

Paralelamente, essas atividades contribuem para minimizar os conflitos entre visitantes e residentes. Textos como os organizados por Valene Smith (1989) pontuaram os impactos sociais, culturais e ambientais negativos gerados pelo turismo; assim como a idéia de

⁵ Material de divulgação do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos – Light. Acrescento que tenho acompanhado desde 2009 o Projeto de implantação do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos e as *“festas populares”* previstas ainda não ocorreram.

necessidade do envolvimento da comunidade nos processos de desenvolvimento da atividade ganha força, pois os residentes ou em termos antropológicos, os nativos, estariam à margem dos prováveis benefícios que a atividade turística seria capaz de gerar. Nessa perspectiva, teóricos e planejadores da atividade passaram a incluir nos processos de desenvolvimento local fomentados pelo turismo, a inclusão das comunidades locais, garantindo-lhes lugar onde elas passariam a interferir nessa dinâmica. Dentro do mercado de turismo essa concepção de desenvolvimento recebeu a nomenclatura de “desenvolvimento de base local”. Diante desse panorama, ações desse como a que estão ocorrendo no Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos parecem-me que capazes de introduzir diferentes parcelas da população na atividade turística, alocando crianças no contato com um universo que irá lhe tornar familiar a prática turística. Essa prática também prevê que conhecendo localidades na sua região, o aluno-visitante teria condições de desenvolver uma postura de conservação e preservação dos patrimônios sociais, culturais e ambientais de suas comunidades. Diante do exposto, podemos pensar que quando adultos, a experiência vivenciada poderia vir a minimizar conflitos com visitantes, pois devido ao aprendizado das noções de valorização de seu patrimônio, eles assumiriam o papel de “bons anfitriões”, demonstrando prazer e alegria em partilhar sua cultura, memória e patrimônio com todos os que viessem a conhecer a história local durante visita ao Parque e demais locais da região. Nesse sentido, as atuais aulas-passeio realizadas no Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos contribuem definitivamente para uma educação para o turismo.

Considerações finais

Os monumentos arqueológicos são testemunhos objetivos da vida passada de um povo. Em torno deles se formam lendas e histórias que são transmitidas de geração a geração. Esses monumentos arqueológicos desempenham um papel importante na reconstrução do passado dos povos e grupos sociais. Nesse sentido, qualquer inserção do patrimônio arqueológico em um roteiro turístico deve ser acompanhado de mecanismos de proteção à sua integridade física e de segurança para os visitantes. Para que sítios arqueológicos sejam utilizados do ponto de vista turístico, eles têm de receber um investimento de infra-estrutura que inclui proteção e sinalização.

A elaboração de roteiros turísticos arqueológicos específicos, visando a um público interessado, e o apoio oficial das instituições envolvidas, seria uma medida segura de

conservação, com um retorno positivo de auto-sustentabilidade. Uma contribuição importante para o fortalecimento dessa postura é a transformação e a ampliação do mapa cultural, incorporando aos roteiros turísticos culturais o patrimônio arqueológico. Analisando o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, podemos perceber que os mecanismos de proteção a integridade física dos resquícios, a sinalização turística constituída por elementos que compõem as modernas trilhas interpretativas, o apoio de instituições e segurança para os visitantes, além dos equipamentos da infra-estrutura de apoio, estão presentes no empreendimento em tela; entretanto, cabe investir na promoção do uso social desse patrimônio, pois dentro de um programa de turismo cultural, além de essa ação ser uma maneira de preservação do patrimônio, significa também a introdução de valores e de aumento da qualidade de vida da comunidade que vive no entorno. No caso específico de São João Marcos, o turismo arqueológico é peça fundamental na difusão e preservação de uma memória que garante a identidade social de um grupo, assim como o fortalecimento do sentimento de pertencimento de uma população que foi apartada de sua história social ao ter suas casas e espaços públicos demolidos para a construção de uma represa.

Referências Bibliográficas:

- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. São Paulo: Hucitec. 1993.
- GONÇALVES, José Reginaldo. **Ressonância, materialidade e subjetividade: a cultura como patrimônio**. In: Horizontes Antropológicos. Volume: 11. Número: 23. Porto Alegre. 2005.
- KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara. **Destination Culture: Tourism, Museums, and Heritage**. Berkeley: University of California Press. 1998.
- NORA, Pierre. **Entre Memória e História. A problemática dos lugares**. Projeto história (10). Revista do PPG-Hist/Depto. História/PUCSP, São Paulo, 1993.
- POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992, p.200-212. Disponível em:
<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>
- SMITH, Valene (Org.). **Hosts and guests: the anthropology of tourism**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989.